Extrema direita vence eleição histórica na Alemanha, mas terá que negociar maioria

AfD, partido de Ulrich Siegmund, alcança mais de 44% dos votos, mostra apuração parcial

Por **José Henrique Mariante (Folhapress)**

Pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial um partido de extrema direita alcançou a maior bancada de um Parlamento na Alemanha. Neste domingo (6), a AfD (Alternativa para a Alemanha), alcançou, segundo projeções, 44% dos votos na eleição estadual de Saxônia-Anhalt, no leste do país.

Ainda que esmagadora, a vitória não garante uma maioria capaz de transformar Ulrich Siegmund em ministro-presidente, cargo equivalente a governador. A Alemanha é uma República Federativa, como o Brasil, composto por 16 estados. O objetivo dependerá, provavelmente, de uma negociação com outros partidos, possibilidade inserida nos discursos do partido desde o fechamento das urnas.

Alice Weidel, colíder da AfD, não esperou a consolidação dos resultados para declarar que a sigla obteve um "mandato claro", "que não se limita à Saxônia-Anhalt, estende-se aos outros estados e até ao Bundestag [Parlamento alemão]", em clara referência às eleições federais de 2029. Reiterou que o partido está disposto a dialogar com as outras legendas, até aqui refratárias em se associar à extrema direita.

"Não trabalhamos com partidos extremistas", respondeu quase na mesma hora Franziska Hoppermann, secretária-geral da CDU, partido do primeiro-ministro Friedrich Merz, o grande derrotado do dia.

A eleição de Siegmund, que fez uma campanha de contornos populistas baseada no TikTok, resgatando memórias afetivas da ex-Alemanha Oriental, seria a primeira de um extremista de direita desde a era do Partido Nazista, de Adolf Hitler, há quase um século.

"Não importa o que venha a acontecer nas próximas horas, não importa o que aconteça nos próximos dias, estamos no caminho certo", declarou o candidato antes de cantar o hino alemão, ao lado de seus correligionários.

Segundo os levantamentos, a CDU, do atual governador, Sven Schulze, conquistou 17,5% dos votos, algo como a metade do último pleito no estado, em 2021. A Esquerda (com 8,6%), os Verdes (8,9%) e os sociais-democratas do SPD (9,2%) também alcançaram o Parlamento, segundo as projeções. A BSW, que ventilou formar governo com a AfD, surpreendeu e pode ter superado a cláusula de barreira com 5,1%.

Nesse cenário, o partido de Siegmund teria 39 cadeiras, ficando próximo do objetivo (42), mas dependente de uma negociação de semanas com outras siglas para governar. "Estendemos a mão a todas as forças democráticas que desejam buscar políticas melhores. O que precisamos na política é confiança", declarou o candidato, reafirmando que a AfD, em uma eventual negociação, não abriria mão de suas principais bandeiras ?como imigração, segurança doméstica e uma reaproximação com a Rússia.

MATTHIASK2007 VIA WIKIMEDIA COMMONS

Ulrich Siegmund é o primeiro representante da extrema-direita a chegar ao poder na Alemanha desde Adolf Hitler

A declaração vai de encontro ao Brandmauer (firewall), a prática dos partidos democráticos de não se associar à AfD. Segundo os serviços de inteligência do país, a legenda é "comprovadamente de extrema direita" e tem integrantes investigados por discurso de ódio e neonazismo.

Ainda que parte dos conservadores transpire a ideia de uma coalizão com a AfD, é mais provável que os democratas-cristãos da CDU optem pela formação de um governo de minoria, se tiverem chance. Teriam que contar com o apoio pontual da Esquerda. O arranjo, proibido por resolução da CDU, já existe em outros estados da Alemanha.

"Isso é democracia", declarou Schulze, da CDU, parabenizando os rivais, em evidente contraste com alguns de seus colegas, que lamentaram o resultado.

A derrota é ainda mais amarga para Merz. Para alguns observadores, a expressiva votação da AfD, de caráter antissistema, reflete a debilidade de seu governo. "É um sinal para Berlim", afirmou Lars Klingbeil, líder do SPD e vice-premiê. Os sociais-democratas fazem parte do governo Merz.

O dia de votação na Saxônia-Anhalt foi relativamente tranquilo. O número de policiais nas ruas da capital Magdeburgo superava o de manifestantes, em vários dos protestos programados para a jornada. Uma pequena altercação entre militantes da AfD e de movimentos sociais foi testemunhada pela reportagem, assim como a chegada em segundos de dois policiais.

Com um bebê no colo adornado com um adesivo "FCK, AFD", um funcionário da prefeitura de Magdeburgo acompanhava com a mulher um protesto de movimentos sociais antes do fechamento das urnas. Uma imensa bandeira do arco-íris, símbolo LGBTQIA+ que a AfD promete banir, era estendida na Dom Platz.

"Deviam ter banido esse partido, que é flagrantemente inconstitucional, lá atrás. Quanto maior ele fica, mais difícil vai ser impedi-lo", disse o servidor, que pediu para não informar o nome devido ao emprego.

"Vão sair fortes disso agora. Se não fizerem o governo agora, daqui a alguns anos vão fazer algum outro ou até mesmo o Bundestag, em Berlim. É preciso começar a chamá-los pelo nome: são uns fascistas."

O pleito teve forte participação do eleitorado, com 78% de comparecimento. A mobilização, segundo observadores, reflete o esforço da AfD em buscar o voto de indecisos e dos desiludidos com a CDU, até 2021 a principal força no estado.

Criada por economistas em 2013, na esteira da crise do euro, a AfD se notabiliza por ganhar tração com temas controversos e por não ter nenhum pudor de repetir o passado. Surfou na onda anti-imigração, detonada a partir da política de portas abertas de Angela Merkel, de 2015, assim como na contestação de bandeiras associadas à esquerda, como ambientalismo, transição energética e direitos de minorias.

Siegmund é um dos produtos dessa lógica oportunista. Sua presença no partido cresceu durante a pandemia, quando viralizou com críticas às restrições impostas pelo governo.

A AfD replica padrões do populismo europeu, mas destaca-se de seus pares por abdicar, pelo menos até aqui, de qualquer tipo de amenização na prática política ou no discurso.

Defende forte intervenção na educação e na cultura, áreas de atuação estadual, mas também ideias radicais de atribuição federal, como remigração, deportação em massa, proibição de médicos estrangeiros, a volta do marco alemão e a saída da União Europeia.

Islâmicos afirmam que planos de Israel ameaçam a paz

Oito países islâmicos e árabes condenaram neste domingo (6) os planos israelenses de retirada dos palestinos da Faixa de Gaza, afirmando que as propostas, apresentadas por ministros do governo de Binyamin Netanyahu, colocam em risco a paz apoiada pelos EUA.

O ministro da Defesa de Israel, Israel Katz, disse na quarta-feira (2) que o governo tinha planos para retirar os palestinos de Gaza, mas aguardava a aprovação dos EUA para determinar para onde deslocariam a população do território.

Um dia depois, o ministro da Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben Gvir, afirmou que o plano tinha como objetivo remover 250 mil palestinos de Gaza no primeiro ano, seguidos pelo restante dos cerca de 2 milhões de habitantes ao longo dos seis anos seguintes.

Os ministros das Relações Exteriores de Arábia Saudita, Egito, Jordânia, Emirados Árabes Unidos, Catar, Paquistão, Indonésia e Turquia disseram condenar "nos termos mais veementes" os "planos e mecanismos propostos com o objetivo de expulsar à força palestinos de suas terras".

"Essas medidas ameaçam diretamente os esforços internacionais para alcançar a paz, em particular o plano abrangente do presidente Donald Trump para encerrar o conflito em Gaza, que inclui uma firme rejeição ao deslocamento forçado", acrescentaram, referindo-se ao plano de paz para Gaza, de outubro de 2025, apoiado pelos EUA.

No sábado (5), o embaixador dos EUA em Israel, Mike Huckabee, ferrenho apoiador de Israel e dos colonos israelenses na Cisjordânia ocupada, negou que houvesse um plano israelense para forçar a saída dos palestinos de Gaza.

"Posso afirmar categoricamente que não há nenhum plano dos israelenses para retirar pessoas de Gaza contra a vontade delas", disse Huckabee a jornalistas em Turmus Ayya, cidade palestina na Cisjordânia ocupada por Israel.

"Há uma disposição para considerar que, se as pessoas quiserem partir, devem ter o direito de fazê-lo. Mantê-las confinadas em um lugar onde não querem estar deveria ser, a meu ver, uma vergonha absoluta", afirmou Huckabee.

Segundo o embaixador americano, "ninguém está sugerindo que haverá deslocamento forçado". "Os israelenses não estão. Os americanos certamente não estão. Não conheço ninguém que apoie isso."

Katz afirmou na quarta-feira (2) que, "no fim das contas, não há uma solução real para Gaza sem essa migração".